



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2013

MPE pede intervenção da Justiça para 'sanear' o Huse

Motivos seriam as irregularidades apontadas no relatório do CRM

André Moreira

Gabriele Frades
DA EQUIPE JC

A promotora Euza Missano, responsável pela promotoria de Saúde do Ministério Público Estadual (MPE), pediu na manhã de ontem, quarta-feira, 26, que o Poder Judiciário do Estado realize uma intervenção judicial fiscalizadora no Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), para buscar soluções para os problemas apresentados pelo relatório técnico elaborado pelo Conselho Regional de Medicina (CRM), na última sexta-feira, 21.

“Com essa ação civil pública, o MP pede que o Estado e a Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) adotem providências emergenciais para regularizar os problemas apresentados no relatório e ao mesmo tempo - diante da repetição dos fatos - pedimos também uma intervenção judicial fiscalizadora no hospital, para apontar onde estão as principais falhas para assim poder corrigi-las”, explica Euza.



PROMOTORA Euza Missano afirma que Hospital de Urgência (Huse) teve tempo e não regularizou problemas

O pedido do MP, no entanto não pode ser executado automaticamente, precisa primeiro ser aprovado pelo Judiciário. A ação prevê que um interventor atue dentro do hospital no período de 120 dias e aponte as falhas e possíveis soluções para os problemas detectados. De acordo com a promotora, essa é uma medida prática e muito utilizada para que seja cumprida a ordem judicial, pois é a forma que o poder judiciário tem de ficar mais próximo ao hospital.

“Queremos que um in-

tervenor fiscalizador seja nomeado e apresente - num prazo de 30 dias - um relatório circunstanciado, com base no relatório do CRM sobre a situação que ele encontrou em todas as alas do hospital. Em 60 dias ele fará um novo relatório circunstanciado informando todas diligencias que poderão ser adotadas pelo Estado e pela FHS para regularizar a situação de assistência no Huse em todos os setores. O planejamento, a execução e a implementação dessas medidas deverão ser acompanhados, nesse prazo de quatro

meses, com conhecimento da administração hospitalar”, explica a promotora.

Ao término do prazo o interventor deverá apresentar um relatório final com todas as providências que deverão ser adotadas pelo Estado assegurando a prestação de serviços de saúde. “A depender da situação encontrada, essa intervenção pode ser prorrogada por mais algum tempo e evoluir até mesmo para uma intervenção substitutiva, onde a atual gerencia será substituída pelo interventor. Por esse motivo é que

o interventor que será escolhido deve ser conhecedor dos processos administrativos hospitalares, para fazer esse trabalho com conhecimento de causa. Vamos aguardar o andamento do processo e ver como tudo isso vai acontecer”, finalizou Euza.

Participaram da reunião os representantes do CRM, Hyder Aragão e Rosa Amélia, e integrantes da equipe que elaborou o relatório. Os representantes do Huse não compareceram à audiência, por motivos de trabalho e saúde, mas já foram notificados da decisão.